

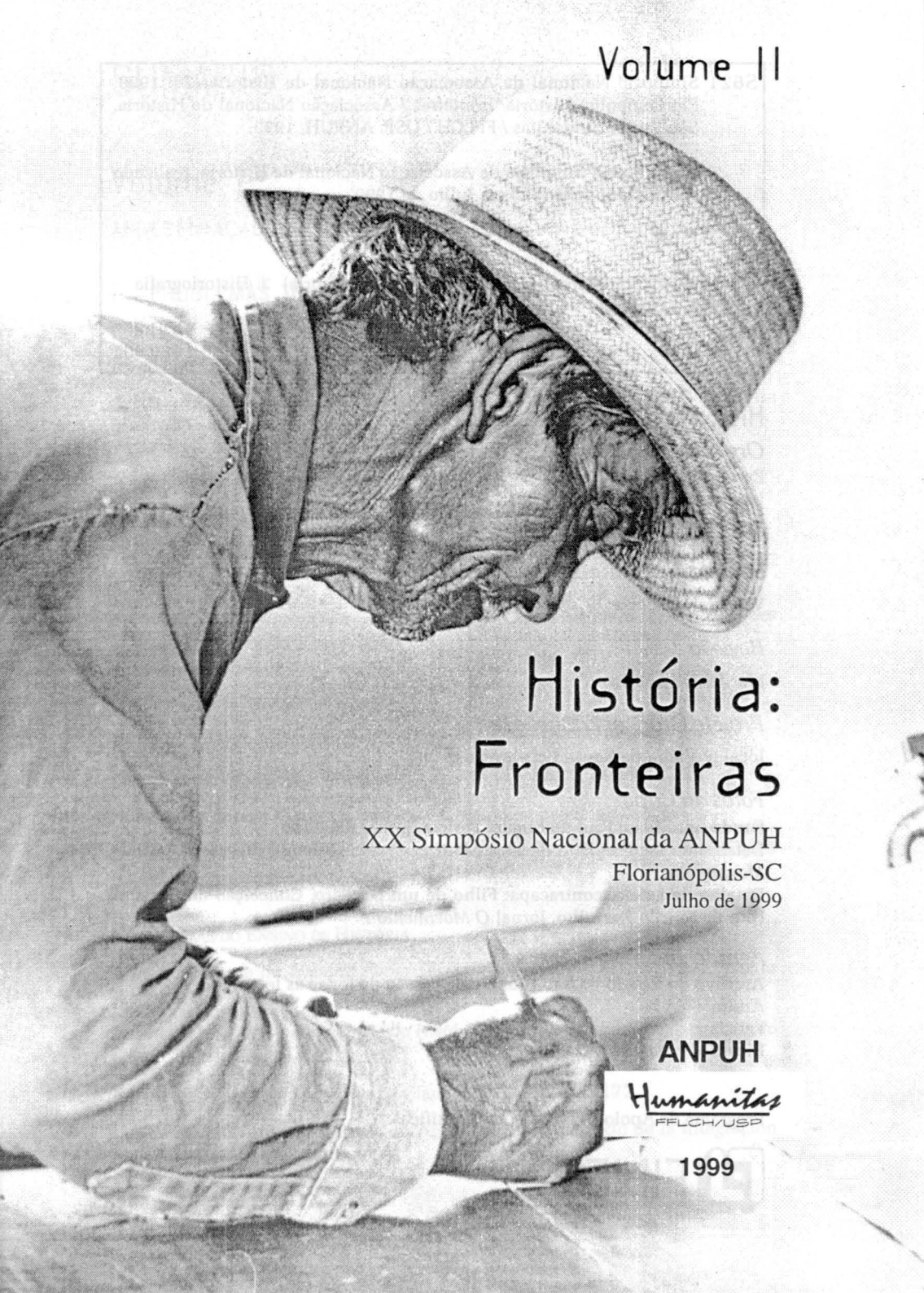
# historia: fronteiras



**Vol. II**

Eunice Nodari  
Joana Maria Pedro  
Zilda M. Gricoli Iokoi  
(organizadoras)

Volume II



# História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

*Humanitas*  
FFLCH/USP

1999

---

## ETNICIDADE, CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE NA AMÉRICA PLATINA

---

Heloisa Jochims Reichel  
*Universidade do Vale do Rio dos Sinos*

**C**onsiderando que a etnicidade se constrói por meio de um processo dinâmico de relações sociais entre grupos que se percebem e se afirmam por intermédio das diferenças, que ela é fruto de contatos, intercâmbios e/ou conflitos, os quais podem ser imageticamente representados e reconstruídos e que, em alguns casos, estas fronteiras étnico-sociais são reforçadas por outras, de caráter ecológico e territorial, entendemos que, em uma vasta área da América Meridional, uma etnicidade peculiar integrou as relações sociais como um elemento importante e definidor, tendo gerado identidades (nacionais, locais, regionais) que, em muito, se fundamentaram e foram construídas pelo do conflito que se estabeleceu entre as etnias branca e indígena e das representações feitas sobre as mesmas.

A América Platina, especialmente nas áreas onde se desenvolveu a pecuária, ou seja, metade sul da Argentina e Província de Buenos Aires, Uruguai e Rio Grande do Sul, caracterizou-se por apresentar uma sociedade que optou pela exclusão ou fixação da população nativa em áreas restritas do território, como também pelo não reconhecimento deste grupo étnico como sujeito da história. Em outras palavras, queremos dizer que a Argentina, o Uruguai e o Rio Grande do Sul constituem uma região em que o branco aparece, no imaginário coletivo das sociedades nacionais e/ou regionais que ali se desenvolveram, como o principal e quase exclusivo sujeito das suas histórias e onde as populações nativas quase não tiveram participação alguma.

Interessa-nos, aqui, discutir as razões que contribuíram para que se cristalizasse tal representação como marca identitária da

composição étnica da sociedade platina. Para tal, fixaremos nossa atenção na primeira metade do século XIX quando, a nosso ver, interrelacionaram-se fatores de ordem econômica, social e política que, conjugados aos discursos inspirados no pensamento cientificista e romântico da época, foram responsáveis pela exacerbação das diferenças e antagonismos culturais entre brancos e nativos, a ponto de um (o dominante branco) excluir o outro (o indígena dominado) no plano externo das populações e no interno das estruturas mentais.

#### A PRESENÇA DE UMA FRONTEIRA ÉTNICA DESDE O PERÍODO COLONIAL

A presença de uma linha de fronteira, dividindo os territórios ocupados pelos brancos colonizadores dos habitados pelas populações nativas, foi um fenômeno que esteve presente na área platina desde os primórdios da colonização. O processo de aculturação e de aproveitamento da mão-de-obra dos nativos foi peculiar na região. Grande parte de seus primeiros habitantes desconhecia o trabalho sedentário exigido nas lides agrícolas e nas atividades de mineração. Nações indígenas como a charrua, a minuano, a pampa e a araucana lutaram contra a dominação dos invasores e resistiram à assimilação da cultura européia. Nunca é demais referir a destruição da cidade de Buenos Aires, em 1636, logo após a sua fundação. Ela foi saqueada e queimada pelos nativos, que expulsaram seus habitantes, tendo sido novamente fundada apenas em 1580.

Ao contrário de outras áreas do Império espanhol na América, como as que se encontravam povoadas pelas civilizações asteca (México) e inca (Peru), na bacia do Prata viviam povos nômades predominantemente caçadores e coletores que exploravam as riquezas naturais do território. Devido a essas características, a densidade populacional da área era bastante baixa, se comparada às das áreas próximas às capitais dos vice-reinados do Peru e do México. Por sua vez, os atrativos que a região oferecia aos colonizadores ibéricos eram menores que os encontrados nas regiões mineradoras, fazendo com que a ocupação e a exploração econômica das suas terras ocorressem de forma mais lenta e gradual.

Em boa parte do espaço platino, estabeleceu-se, pois, desde o período colonial, uma fronteira que separava os territórios do colonizador europeu dos dos povos nativos. Convém destacar também que, dentro dos territórios dos nativos, cada tribo tinha um espaço demarcado que, na maioria das vezes, era reconhecido e relativamente respeitado pelos membros das demais tribos, pois os espaços geográficos que essas fronteiras delimitavam eram muito extensos, permitindo grande mobilidade aos povos.

Na Região Platina, as fronteiras étnicas foram constituídas por fronteiras sociais, mas foram reforçadas por contrapartidas territoriais.

A fronteira territorial ajudou a dividir sociedades com culturas diferentes. Para os colonizadores, ela separava o território dos brancos cristãos e civilizados dos índios gentios e bárbaros (os que mal balbuciam para os gregos, os que vivem de forma diferente de nós para os romanos) e, dadas as relações de conflito que se estabeleceram e a resistência dos nativos, os termos selvagem, infiel, foram utilizados para designar os grupos que permaneceram em sua forma de organização social original, vivendo em seu território, ou seja “do outro lado da fronteira”.

A pecuária bovina e a cavalariça, introduzidas pelos espanhóis e pelos portugueses na região, ao se tornarem fornecedoras de importantes produtos de consumo, como o couro, a carne, o sebo, foram importantes para que os intercâmbios comerciais e culturais, as relações de trabalho e os conflitos pelos bens de produção, primeiramente o gado e depois a terra, se estabelecessem. A riqueza pecuária atraiu a atenção dos nativos, fazendo com que esta polaridade fosse, em alguns casos, se atenuando ao longo do período colonial. Enquanto os rebanhos de gado *cimarron* eram suficientes para atender aos interesses de colonizadores e nativos, eles conviveram respeitando seus espaços, suas culturas, apesar de a fronteira social imposta pela dominação e os conflitos estarem sempre presentes. Trocaram experiências e auxiliaram-se mutuamente. Sendo assim, os indígenas (principalmente os minuanos, charruas e guarani), tornaram-se a principal mão-de-obra nas vacarias onde caçavam o gado e extraíam-

lhe o couro, atuaram como transportadores e contrabandistas de rebanhos e de couros e lutaram nos conflitos entre as coroas que disputavam o território, ora a favor dos espanhóis, ora a favor dos portugueses. Alguns foram perdendo suas terras para o avanço da pecuária e dos colonizadores, como os charruas e minuanos e os guarani. Nesses casos, a linha da fronteira territorial foi se tornando cada vez mais tênue, e os índios mais assimilados (os guarani foram os mais aculturados, devido ao processo missionário), os mais resistentes (os pampas, como genericamente são chamados os ranqueles, boroganos, neuquéns entre outros) permaneceram no outro lado da fronteira, fazendo, porém, constantes incursões para roubar gado, contrabandear couro ou raptar mulheres no território dos colonizadores.

#### O AVANÇO DA ECONOMIA DE MERCADO E A NECESSIDADE DE AMPLIAR O TERRITÓRIO

Desde o final do século XVIII processou-se uma crescente expansão das exportações de couro, tornando a pecuária o principal produto da pauta das exportações na região. Ao mesmo tempo, estruturava-se uma economia de mercado, onde o couro deixava de ser matéria-prima para produtos essenciais do consumo da população rural, como para confeccionar camas, sapatos, janelas, portas, roupas etc, para se tornar um importante produto de mercado. As charqueadas e os saladeiros, por sua vez, exigiam uma ampliação da produção pecuária, a fim de produzirem mais carne salgada e exportarem para os mercados consumidores, principalmente aqueles que utilizavam mão-de-obra escrava.

A expansão da produção pecuária trouxe consigo o problema do uso e posse da terra na região. O surgimento da produção concentrada numa unidade de produção – a estância – alimentou o desejo da propriedade da terra e do direito do uso da mesma para a exploração pecuária por parte dos colonizadores. A terra sendo privatizada, o incremento das exportações exigia que também as relações de trabalho passassem a ser regidas pelo mercado. Essas transformações violavam o frágil equilíbrio existente nas relações entre as duas etnias, na sociedade platina. Os índios deixavam de poder explorar a riqueza pecuária a partir

de seus interesses comerciais e de sobrevivência e, ainda mais importante, viam suas liberdades ameaçadas, na medida em que se lhes exigia um novo código de trabalho, onde o homem não mais trabalhava para viver, mas vivia para trabalhar.

A partir de então, agudizam-se os conflitos entre brancos e nativos. Desde o final do período colonial, os brancos passaram a ocupar terras que eram das Coroas ou que, mesmo consideradas como de propriedade de grandes latifundiários, estavam mal aproveitadas. A partir do assentamento, denunciavam-nas, solicitando registro de propriedade. Esta estratégia foi responsável pela gradativa expansão do território ocupado pelos brancos e, conseqüentemente, pela alteração da linha de fronteira existente entre os territórios branco e indígena. De maneira geral, assistimos a esta estratégia nas campanhas da Argentina, do Uruguai e do Rio Grande do Sul.

Após a independência, o processo de intensificação de ocupação e privatização da terra se intensificou e, conseqüentemente, os conflitos se agudizaram. A sociedade nacional que se organizava teve de administrá-los a partir dos interesses dominantes e isto revelava a necessidade de, ou submeter os indígenas às atividades de trabalho (peão de estância, soldado de fronteira) e à condição social (despossuídos) que lhes foram reservadas, ou iniciar uma campanha de expulsão e não integração à vida nacional.

Na Argentina, os pecuaristas começaram a participar do aparato do Estado a fim de obter uma legislação que ampliasse a terra disponível à expansão da pecuária. Dentre as medidas governamentais que propiciaram o processo de privatização da terra, merece especial atenção aquela que, por meio do uso da força militar do Estado, expandiu o território da província, ocupando as terras que ficavam em território indígena. Nesse sentido, no caso da Argentina, assistimos à expansão do território da Província de Buenos Aires em direção ao sul nas seguintes etapas: 1817– alcança a região de Dolores; em 1823, chega a Tandil, estabelecendo ali um importante forte de controle da fronteira e do qual saiu a expedição militar da primeira conquista do Deserto, chefiada por Juan Manuel de Rosas, que chegou até as terras do “deserto”, junto ao rio Colorado. No Uruguai, a “revolução

artiguista” foi vista como uma ameaça aos interesses dos pecuaristas, sendo que, nas lutas civis que se realizaram de 1816 a 1820, foram dizimados grande número de nativos que se diziam seguidores do projeto. No caso do Rio Grande do Sul, também foi grande o avanço da fronteira em direção ao oeste e sul da província após a tomada das Missões e a invasão na Banda Oriental por parte dos portugueses. O município de Rio Pardo, que compreendia todo o sudoeste, centro e noroeste do Estado, inclusive o território das Missões, foi sendo alargado, desconhecendo a fronteira delimitada pelo Tratado de Tordesilhas. São Gabriel, Alegrete, Uruguaiana, Sant’Anna do Livramento, além do território missioneiro, foram sendo incorporadas ao Rio Grande do Sul. Todas estas terras não estavam vazias. Eram povoadas e habitadas principalmente por índios missioneiros que buscaram a sua sobrevivência nestas terras após a expulsão dos jesuítas e conseqüente decadência dos Sete Povos.

#### A RESISTÊNCIA INDÍGENA E A COERÇÃO DOS BRANCOS AOS DITAMES DA ECONOMIA DE MERCADO

724

A resistência indígena se fez presente frente a esta invasão de suas terras e de seu modo de viver. Intensificaram-se as invasões às propriedades, o roubo de gado e o rapto de mulheres e crianças. Os índios pampas, no sul da província de Buenos Aires, foram os que demonstraram uma resistência mais agressiva, mas os das demais áreas também resistiram, cada qual à sua maneira. Os charruas da Banda Oriental perfilaram-se ao lado de Artigas, enquanto os missioneiros e minuanos no Rio Grande do Sul resistiram aos aldeamentos que lhes foram impostos, ameaçando a segurança e tranqüilidade nas terras da campanha. Nem sempre a relação foi de visível conflito. Várias foram as manifestações de relações amistosas entre as etnias, como o “negócio pacífico com os índios”, que o governo de Rosas estabeleceu com os índios da fronteira ou o apoio que os nativos deram aos portugueses por ocasião do conflito com os espanhóis na conquista das Missões. Muitos estudos historiográficos têm demonstrado, porém, que estes relacionamentos não evitaram a presença do



conflito como ingrediente dominante das relações étnicas, sendo apenas uma tentativa de mascarar ou facilitar a dominação.

Como exemplo destas situações, podemos citar a criação da Companhia dos Pedestres, no Rio Grande do Sul, que, contrariamente ao que previa a lei dos aldeamentos, caçava os indígenas nas matas, reconduzindo-os à força para os aldeamentos (o que mostra ter havido a resistência indígena) e a entrega da administração dos aldeamentos aos jesuítas, como medida de dar assistência cristã aos índios. Na Argentina, mesmo com a política do “negócio pacífico”, as incursões militares sobre o território indígena se realizaram e o extermínio dos indígenas foi extraordinário. A fim de ameaçar os “índios infieles”, uma expedição de 1846 ao território dos ranqueles, Bustos, chefe militar da expedição, ordenou que soltassem um prisioneiro a fim de que difundisse a seguinte mensagem:

Diz aos índios que te fazendo prisioneiro, te perdoei a vida para que eles vejam que os Cristãos são humanos e que se eles querem ser nossos amigos, devem entregar-nos Baigorria...porém se não fizerem como lhes digo, continuando roubando nesta Província, eu prometo persegui-los até o fim do Mundo e Exterminar sua Raça (...)<sup>1</sup>.

#### AS REPRESENTAÇÕES COMO AGENTE DE FRONTEIRAS DE ETNICIDADE

Reconhecer os índios como sujeitos da história torna-se um problema historiográfico, pois o Estado pós-independente, construído sob noções de propriedade e cidadania que não os incluíam, descuidou de investigar ou registrar esses sujeitos sociais, deixando poucas evidências documentais que permitam reconstituir suas vozes, suas posições, suas identidades. Qualquer tentativa neste sentido choca-se com um problema de representação. Os textos ou documentos disponíveis descrevem desde fora, imaginam sem demasiado conhecimento, utilizam categorias alheias e desqualificadoras destes sujeitos; suas vozes não são acessíveis diretamente aos historiadores, ou seja, são-lhes apresentadas sempre por intermédio de representações que são feitas das mesmas.

Tomando as representações que os brancos fizeram dos indígenas, qualificando-os como selvagens, infiéis e sobretudo como responsáveis pela barbárie, podemos entender como elas contribuíram para o estabelecimento desta etnicidade conflitiva e excludente entre brancos e índios na América Platina. Vejamos mais detalhadamente o que afirmamos no parágrafo acima. Os textos descrevem desde fora: a referir os inumeráveis relatos dos viajantes que foram lidos e aceitos pela população branca platina. Imaginam sem demasiado conhecimento: grande parte dos autores (veja-se Sarmiento) nunca estiveram em território indígena ou tiveram contato mais próximo com os infiéis. Os que de fato o tiveram, geralmente, têm posição abonadora em relação aos mesmos. Utilizam categorias alheias e desqualificadoras a estes sujeitos: muitos dos escritores foram influenciados pelo pensamento iluminista e pelas teorias racialistas e civilizatórias do século XVIII e primeira metade do século XIX, vigentes na Europa.

Exemplo talvez mais significativo encontramos na polaridade civilização x barbárie, elaborada por Sarmiento.

726

### CONCLUSÃO

Nossa análise visou apresentar elementos para a análise da etnicidade na Região Platina. Primeiro, é necessário reconhecer que os repertórios de coerção são diferentes quando se trata de sujeitos indígenas. Sua característica principal é gerar a exclusão da etnia dos indígenas da sociedade nacional. No lugar do recrutamento forçoso ou da perseguição ideológica, encontramos a perseguição punitiva e a violência das categorias, as ameaças de extermínio e a desconfiança permanente. Uma política de terror levada adiante em nome da propriedade privada, a pacificação da campanha e o progresso do comércio. Os índios por sua vez, tinham outras noções de violência e comércio: a guerra contra o branco era a única forma de manter sua própria esfera de comércio e de sobrevivência.

Aproveitando o conflito estabelecido e de posse da autoridade de narrador, o branco construiu representações desse índio como bárbaro, inimigo da civilização. Sendo assim, no pla-

Heloisa Jochims Reichel

no do real concreto e no imaginário da sociedade, as relações conflitivas levavam à inviabilidade das relações sociais em que a fronteira étnica se fizesse presente.

## NOTAS

<sup>1</sup>In RATTO, Silvia. *El negocio pacífico de los indios: La frontera bonaerense durante el gobierno de Juan Manuel de Rosas (1829-1852)*. Mimeo.